



<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



CDU 027.6:342.532(81)(05)

BOLETIM
DA
BIBLIOTECA
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

B.Bibl.C.D. (Brasília) v. 16, n. 1, p. 1-316, jan./abr. 1967

V. 16, N. 1, JANEIRO/ABRIL DE 1967

BILAC PINTO

23º Presidente da Câmara dos Deputados



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

239

BILAC PINTO

Em fevereiro de 1965, vésperas do seu primeiro aniversário, o Movimento político-militar de 31 de março de 1964 podia dar por consolidada a sua presença no cenário nacional. Apoiando-se em sua origem revolucionária e categoricamente contrária à situação reinante no país antes de 31 de março, o Poder

Executivo, não obstante as resistências e os sinais de reaglutinação das forças políticas outrora majoritárias mas agora colocadas em posição de minoria, buscava, no Legislativo, o lastro parlamentar de que necessitava para a continuidade de sua tarefa. A ente cordiale que garantira a eleição, pelo Congresso Nacional, do então General Castelo Branco como sucessor do Sr. João Goulart na Presidência da República, podia revelar-se, no entrechoque natural dos debates políticos, mais efêmera que duradoura. Achava-se na Presidência da Câmara dos Deputados o Sr. Ranieri Mazzilli, que iria candidatar-se a nova reeleição. Naquele início de 1965, quando se oferecia a oportunidade das eleições para a Mesa Diretora deste ramo do Poder Legislativo, a movimentação em torno de quem, nos quadros da recém-instalada situação, poderia com êxito enfrentar o político paulista na luta por um dos cargos de maior relêvo da República, insistia em que a escolha recaísse num parlamentar igualmente experiente, reunindo, além disso, em sua fôlha de serviços, um conjunto de qualidades que fôsem desde o equilíbrio político em alcançar para a causa o apoio de diferentes correntes até à indispensável condição de revolucionário de primeiríssima hora.

Êsse parlamentar foi o Deputado Bilac Pinto. Exer-

cendo o mandato de deputado federal pela quarta vez consecutiva, atingira, nas fileiras de seu próprio partido, a antiga U.D.N., os pontos mais altos. Fôra seu presidente e líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Estudioso e mestre da ciência das finanças, a sua inegável seriedade e sisudez no trato da coisa pública lhe conquistara entre os seus pares um lugar destacado.

Fôra sem dúvida a sua condição de estudioso dos problemas jurídicos que, sem prejuízo de suas tarefas de membro saliente do então maior partido oposicionista, o levou a debruçar-se sobre os vários aspectos de uma necessária reforma do Legislativo. Sem embargo da independência constitucional existente entre os três Podêres da República, a tradição política brasileira consagrara como perfeitamente normal e até mesmo indispensável ao bom andamento da máquina administrativa o fato de as presidências das duas Casas do Legislativo ficarem nas mãos do partido majoritário, por sua vez na linha da orientação do Poder Executivo oriundo da Revolução. Os acontecimentos de 31 de março de 1964 tendo lançado na oposição o que antes era situação, e, ainda mais, persuadindo a maioria dos membros do Legislativo a, diante de uma situação de fato, apoiarem, em pleito indireto, a candidatura do General Castelo Branco à Presidência da

República, precipitaram o desfecho do processo de descaracterização dos partidos políticos existentes, disso resultando a formação de duas forças mais individualizadas: as forças de apoio político e parlamentar ao governo e as outras, as que lhe eram contrárias.

Atuando, como veremos mais adiante, na primeira fila dos que batalharam ideológica e politicamente pelo afastamento da situação anterior, poucos como o Deputado Bilac Pinto poderiam, na verdade, empolgar a maioria da Câmara dos Deputados ao ponto de convencê-la a desmontar o esquema já tradicionalmente armado de reconduzir à Presidência desta Casa do Congresso o Deputado Ranieri Mazzilli, que decidira concorrer uma vez mais ao cargo, não obstante as dificuldades de natureza política que se prenunciavam e vieram a confirmar-se mais tarde para a sua candidatura.

A bem da verdade, pode-se afirmar que se empecilhos havia no caminho da recondução de Ranieri Mazzilli, também obstáculos iria encontrar Bilac Pinto em seu percurso. Mas para quem, como o antigo Presidente da U.D.U., travara lutas árduas, as barreiras existiam para ser vencidas. A grande batalha feriu-se na tarde de 24 de fevereiro de 1965, num plenário con

gestionado da Câmara dos Deputados, pois dos 409 representantes nada menos de 393 responderam à chamada. Um verdadeiro recorde de comparecimento. Tratava-se da 2a. sessão preparatória da 3a. Sessão Legislativa Ordinária da 5a. Legislatura, destinada a eleger a nova Mesa da Câmara dos Deputados.

Presidindo à sessão achava-se o Deputado Affonso Celso, da antiga representação petebista fluminense. Depois de reiterar o objetivo da sessão, leu para um plenário atento as normas do processo de votação secreta, calcadas no Regimento Interno. Resolvidas questões de ordem levantadas pelos Deputados Nelson Carneiro, Carneiro de Loyola e Dnar Mendes, teve início a votação. Todos quantos, naquela tarde, deputados ou jornalistas, participavam ou acompanhavam o processo de eleição da Mesa da Câmara dos Deputados, e, especialmente, do seu Presidente, puderam testemunhar -- e as questões de ordem surgidas sobretudo na fase da apuração o atestam -- que um certo nervosismo caracterizava os trabalhos. Os observadores políticos antecipavam acertadamente a vitória do candidato Bilac Pinto sobre o até então Presidente Ragneri Mazzilli. Mas acentuavam que, tanto quanto podiam prever, essa vitória dificilmente seria por margem elevada. Ora, pôsto como estava o confronto Bilac-Mazzilli, isto é, segundo certos analistas do mo-

mento político brasileiro, em termos de apoio categórico aos ideais e processos políticos e administrativos instaurados no País a partir de 31 de março de 1964 (vitória de Bilac Pinto) ou, segundo outros, os da oposição, como afirmação de independência do Poder Legislativo em face de um Executivo revigorado pelos acontecimentos daquela mesma data (vitória de Mazzilli), tal margem de superação não era de molde a tranquilizar nem um lado nem o outro. Daí o nervosismo, a eletricidade que se sentia no ar, a intensa movimentação de líderes e liderados, as conversações e entendimentos praticamente até o último instante antes da votação. E como corroborando a apreensão dos dois lados, ali estava o já igualmente mencionado inédito comparecimento de 393 deputados, numa Casa composta de 409 representantes. Detalhe curioso, os dois homens que mais tranquilos pareciam estar na quele plenário repleto eram exatamente os dois contendores: Ranieri Mazzilli palestrava comedidamente sentado em sua poltrona com dois colegas, enquanto Bilac Pinto, mesmo quando andava, não alterava o ritmo de seus passos, e quem com êle falasse, desconhecendo-o, jamais seria capaz de adivinhar que diante de si tinha um político a poucos instantes de atingir o ponto mais alto de sua carreira, ao menos até aquela data.

Finalmente, concluída a apuração, o Sr. Affonso Celso anunciou o seguinte resultado: Bilac Pinto, 200 votos; Ranieri Mazzilli, 167; Gustavo Capanema, 2; Raul Pilla, 1; Ovídio de Abreu, 1; em branco, 19; nulos, 3. Proclamada a sua eleição, o Sr. Bilac Pinto assume a Presidência, e faz breve discurso. Depois de agradecer a votação recebida, traduzindo-a como um gesto de benevolência mas também atribuindo-lhe "o sentido de uma conclamação para a luta pelo regime democrático", ressalta haver aceito a luta como afirmação da vitalidade da democracia, mas uma vez terminada a batalha, sente-se no dever de invocar a concórdia em benefício da República. E em seguida:

"A concórdia republicana pressupõe o livre embate das opiniões e tendências sem excluir a firmeza das decisões. A Revolução de março em que as Fôrças Armadas e o povo se uniram para preservar e renovar as instituições tem objetivos nítidos, entre os quais avulta o de conciliar o princípio da liberdade e da dignidade da pessoa humana com o da respeitabilidade e da eficiência do governo".

Para concluir:

"Dêsse modo contribuiremos, nesta Casa, para a plena expansão e aprimoramento da estrutura democrática, que deve ser a aspiração de todos. Para a con-

secação de tão alto objetivo, não medirei esforços. É esse o meu compromisso, que há de ser cumprido com a imprescindível ajuda, em tôdas as horas, dos meus colegas. Assim Deus o permita".

Olavo Bilac Pereira Pinto nasceu em 8 de fevereiro de 1908, em Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. Filho de João Pereira Pinto e Laura Pereira Pinto, estudou os preparatórios no Instituto Moderno de Educação e Ensino, de Belo Horizonte, graduando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1929. Ainda estudante universitário, atuou no Diretório Acadêmico de sua Faculdade.

Casado com a Sra. Maria do Carmo Moreira Pinto, tem três filhos: Francisco (atualmente Deputado à Assembléia Legislativa e Secretário de Administração de Minas Gerais), Regina e Beatriz.

Em 1930 filia-se à Aliança Liberal, iniciando as suas atividades políticas. Quatro anos mais tarde já é deputado à Assembléia Constituinte e em seguida à Assembléia Legislativa de seu Estado. Com o advento do Estado Novo transfere-se para o Rio de Janeiro, aí dedicando-se à advocacia, ao magistério e às atividades editoriais à frente da Revista forense, que iria transformar de uma revista de expressão estadual mineira em um órgão de importância nacional.

Em 1943 as vitórias dos Exércitos Aliados na Europa dão alento às aspirações de renovação democrática latentes nos meios políticos do País não comprometidos com o Catete. Surge o Manifesto dos Mineiros e nêle apõe sua assinatura o político Bilac Pinto. Mas o processo de redemocratização não se faz de um salto. Enquanto trabalha e espera pelos resultados, o antigo Constituinte e membro da Assembleia Legislativa mineira submete-se a concurso e é aprovado para a cátedra de Ciência das Finanças da Universidade de Minas Gerais (1943). Não apenas aprovado: mas aprovado em 1º lugar. Entretanto, acha-se em vigor a Carta de 1937. E nos têrmos de seu art. 177 Bilac Pinto é aposentado com os vencimentos de dezessete mil-réis por mês, como "punição" por ter assinado o Manifesto dos Mineiros que tanto influiu nos acontecimentos políticos subseqüentes. Aproxima-se o ano de 1945. Não há mais dúvida de que Hitler e Mussolini não dominarão o mundo. José Américo de Almeida dá a sua famosa entrevista ao Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. A censura é abolida. Surge, impetuosa e memorável, a Campanha do Brigadeiro, em 1945, para a Presidência da República, em seguida à queda de Vargas. Bilac Pinto, agora filiado à União Democrática Nacional, engaja-se na Campanha.

Em 1950 concorre a nova eleição, desta vez para o

Palácio Tiradentes. Seguem-se reeleições para a 3a. Legislatura (1955-1959), para a 4a. (1959-1963) e para a 5a. (1963-1967).

Na Câmara dos Deputados os seus conhecimentos de catedrático de Ciência das Finanças levam o seu partido, a U.D.N., a indicá-lo como membro efetivo de duas das mais importantes Comissões permanentes desta Casa do Congresso Nacional: a Comissão de Orçamento e a de Fiscalização Financeira.

Em fins de outubro de 1962 ocorre o trágico desaparecimento, num desastre de aviação, do líder Menezes Côrtes. Bilac Pinto assume a liderança da U.D.N. na Câmara dos Deputados, em substituição ao seu saudoso companheiro. Logo no ano seguinte é eleito Presidente de sua agremiação para o biênio 1963-1965.

Já investido nessa condição de Chefe de seu partido e na de líder da Oposição na Câmara dos Deputados é que o Sr. Bilac Pinto pronuncia, no dia 25 de junho de 1963, o discurso em que, analisando a situação política nacional, destaca três pontos principais do que chamou a crise brasileira: a) a crise de autoridade; b) a crise de moralidade; c) a crise administrativa. É possível localizar nesse pronunciamento do político mineiro o embrião da tese da "Guerra revolucionária" que iria sustentar em sucessivas

intervenções, ao longo de discursos como os que da tribuna desta Casa pronunciou nos dias 23 de janeiro, 26 e 27 de fevereiro de 1964, entre outros. Sabe-se hoje a importância desses discursos-denúncias na eclosão do Movimento de 31 de março de 1964. Foi tal o conceito que tiveram entre os chefes militares que orientaram aquele Movimento que o Comando Supremo da Revolução de 31 de março incluiu as denúncias do Sr. Bilac Pinto entre os seus documentos básicos.

Na sessão de 30 de janeiro de 1963, por ocasião do encerramento da 4a. Sessão Legislativa da 4a. Legislatura, já o Deputado Bilac Pinto, falando como líder da U.D.N., colocava entre as tarefas imediatas à espera do Legislativo a sua própria reforma, uma vez que esse Poder da República, tal como existia, não se diferenciava muito do que fora estruturado na Constituição de 1891. Mostrava que as profundas modificações ocorridas na estrutura do Poder Executivo não foram acompanhadas de alterações correspondentes nas técnicas de ação e de controle do Congresso. O resultado era a chamada crise do Congresso, não só do Congresso brasileiro mas dos de todo o mundo. Legisladores norte-americanos vinham dando ao fenômeno, também presente nos Estados Unidos, particular atenção. Havia portanto um esforço, ali como em outros

países, no sentido de adaptar as estruturas do Legislativo às novas e complexas tarefas a que era chamado a desempenhar. Entre nós era também urgente que se fizesse êsse esforço para estudar a função do Legislativo na atualidade.

A ascensão de Bilac Pinto à Presidência da Câmara dos Deputados proporcionava ao político mineiro uma excelente oportunidade para dinamizar aquêle estudo. Cumpria reformular o conceito até então vigente do Poder Legislativo, dando-lhe as dimensões que o momento reclamava. Entre as providências que estimulou e prestigiou com vistas a uma análise meticulosa dos problemas que afligiam e não poucas vêzes imobilizavam o Congresso Nacional destaca-se o Seminário sôbre a Reforma do Poder Legislativo realizado na Universidade de Brasília entre 18 de agosto a 24 de setembro de 1965. Paralelamente, e na mesma época, por direta e conseqüente inspiração das providências tomadas pelo Presidente Bilac Pinto, ficou assentado que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cuidariam, como de fato ocorreu, da formação de um grupo de trabalho destinado a elaborar estudos a respeito da matéria. Dêsses debates haveriam de surgir as modificações ou adaptações regimentais necessárias ao melhor funcionamento do Congresso Nacional.

Ao preconizar a reforma do Legislativo desejou o

Sr. Bilac Pinto dar-lhe eficiência e prestígio. Tratando-se de um processo demorado, e que sabia haver tão-só desencadeado, insistia - como insistiu no seu discurso de despedida como Presidente da Câmara, na sessão de 19 de fevereiro de 1966 - em que tivesse prosseguimento, "para que possamos ver atualizadas as técnicas de trabalho do corpo legislativo; aperfeiçoadas suas relações com o Poder Executivo e melhoradas as condições de contacto permanente dos parlamentares com seus eleitores". Nesse mesmo discurso chamou a atenção para o fato de encontrar-se o Brasil, devido às transformações por que passava, em condições excepcionais para realizar uma corajosa reorganização política, econômica, social e administrativa, em termos científicos e de prospectiva. Mas prospectiva em função do homem, compreendendo o estudo das causas técnicas, científicas, econômicas e sociais que aceleram a evolução do mundo atual, e ainda a previsão das situações que podem decorrer das influências conjugadas de tais fatores. O Legislativo, e dentro dêle a Câmara dos Deputados, poderia dar importanté contribuição para a solução de nossos problemas de natureza institucional, econômica e social.

Empossando-se na Presidência da Câmara dos Deputados, naquela tarde de fevereiro de 1965, inaugurava o Sr. Bilac Pinto um estilo muito pessoal que pode

ser caracterizado como severidade em lidar com a coisa pública. No plano administrativo e interno essa austeridade traduziu-se na proposta que fêz (e foi aceita) de um Código de Ética à Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados. Legislativamente lembre-se, para citarmos apenas um episódio, a sua inabalável firmeza ao presidir os debates da futura Lei nº 4 738, de 15 de julho de 1965, que estabeleceu nos casos de inelegibilidades, com base no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (Constituição de 1946).

Durante o Governo Magalhães Pinto, o Sr. Bilac Pinto exerceu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais, em 1961.

É ainda professor catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tendo-se especializado em Direito Fiscal, Bilac Pinto escreveu os seguintes trabalhos, entre outros: Contribuição de melhoria, Recurso de revista (comentários à Lei 319, de 25 de novembro de 1936, que regula os recursos das decisões finais das Côrtes de Apelação e de suas Câmaras - em colaboração com Lúcio Bittencourt), Ministério público, instituição de carreira do ministério público em Minas Gerais (inconstitucionalidade do art. 84 da Constituição de Mi-

nas Gerais), Aspectos da reforma processual brasileira, Regulamentação efetiva dos serviços de utilidade pública, Estudos de direito público, O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas emprêsas públicas, Leis administrativas do Brasil (em colaboração com Flóriano Aguiar Dias). Os seus discursos, conferências e entrevistas à imprensa em torno do processo da "guerra revolucionária" foram reunidos em livro sob o título Guerra revolucionária em 1964.

Em dezembro de 1951 o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 469, encaminhando o projeto de lei destinado a criar a Petrobrás. A atuação do Deputado Bilac Pinto durante a tramitação desse projeto (que recebeu os ns. 1 516 e 1 517) foi das mais significativas. Assinale-se como ponto alto de sua participação nos debates e no aperfeiçoamento do projeto governamental a emenda substitutiva que, em 4 de junho de 1952, juntamente com outros deputados, ofereceu àquela proposição. Foi graças a êsse substitutivo que se incorporou ao texto da futura lei o dispositivo relativo ao monopólio, por parte da União, da pesquisa e da lavra das jazidas petrolíferas brasileiras, preocupação de que não cuidara a mensagem presidencial.

Também de autoria do antigo representante udenista na Câmara dos Deputados foi a Lei nº 3 502, de 21 de dezembro de 1958, mais conhecida como Lei Bilac Pinto. Dispõe esse diploma legal, como se sabe, a respeito do perdimento e sequestro de bens do servidor público que se tenha locupletado da função mediante enriquecimento ilícito. Essa lei teve, entre outros, o mérito de sistematizar uma série de preceitos, como ampliação de seu entendimento, sobretudo quanto à caracterização do ilícito penal e à aplicação das sanções. Parcialmente vetado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, restabeleceu o Congresso Nacional o projeto nos exatos termos em que o elaborara o seu autor.

Nomeado pelo Presidente Castelo Branco Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Francesa, posto em que se encontra atualmente, o Sr. Bilac Pinto, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, renunciou o mandato parlamentar a partir de 2 de maio de 1966. Esse mandato terminaria com a 5a. Legislatura, a 31 de janeiro de 1967.

BIBLIOGRAFIA

1 - DE BILAC PINTO

Contribuição de melhoria... Rio de Janeiro, Empreza Revista Forense Editora |19 | 303 p. (não encontrado)

Recurso de revista, commentarios á lei 319 de 25 de novembro de 1936, que regula os recursos das decisões finais das côrtes de apelação e de suas camaras (Em colaboração com C. A. Lucio Bittencourt). Rio |de Janeiro| Forense, s.d. 175 p.

Ministério público, instituição da carreira do ministério publico em Minas Gerais - inconstitucionalidade do art. 84 da constituição mineira. Rio de Janeiro, |Off. Graphica Renato Americano| 1937. 112 p.

Aspectos da reforma processual brasileira. In: Processo Oral |por| Francisco Morato et alii. Rio de Janeiro, 1940. p. |25|-34.

Regulamentação efetiva dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro, Forense, 1941. 218 p.

Estudos de direito público. Rio de Janeiro, Forense, 1953. 385 p.

O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas emprêsas públicas. In: Instituto de direito público e ciência política, Rio de Janeiro. Estudos sôbre a constituição brasileira. Rio de Janeiro, 1954. p. 41-57.

Leis administrativas do Brasil (Em colaboração com Floriano Aguiar Dias). |Rio de Janeiro| Forense |1959|. 2 v.

Guerra revolucionária |Rio de Janeiro| Forense |1964?|
228 p.

Discursos

- 05-06-1952. Exposição do ponto de vista da U.D.N. a respeito da Mensagem presidencial relativa à exploração do petróleo. ACD XI: 258-267.
- 06-06-1952. Prosseguindo na exposição do ponto de vista de seu partido quanto à Mensagem do Executivo relativa à exploração do petróleo. ACD XI: 377-394.
- 17-03-1958. Atos do Govêrno em relação à Fábrica Nacional de Motores. ACD 1958 I: 100-104.
- 14-07-1960. Requerimento de informações sôbre a aquisição de navios para a Amazônia. ACD 1960 XII: 527-529 e DCN 15 abr. 1960, p. 4 824.
- 18-07-1960. Aparte ao Deputado Artur Virgílio sôbre o sentido do requerimento de informações ao Executivo a respeito da aquisição de navios para a Amazônia. ACD 1960 XII: 741-742, 751-753.
- 24-08-1960. Encaminhando a votação do Projeto n. 46, de 1960, sôbre acordos com o GATT. Os inconvenientes para o Brasil da demora no andamento da proposição. ACD 1960 XV: 723-733 e DCN 25 agô. 1960, p. 5 780.
- 20-11-1962. Consideração pela Câmara dos Deputados do nome do Prof. Hermes Lima para Presidente do Conselho de Ministros e ausência de parlamentares da Maioria. ACD 1962 XXII: 690-691.

- 30-01-1963. Encerramento da 4a. sessão legislativa da 4a. legislatura. ACD 1962/1963 III: 714-717.
- 05-04-1963. Interpelação ao Ministro das Relações Exteriores a respeito de negociações financeiras entre o Brasil e os E.U.A. Legitimidade do mandato presidencial. ACD 1963 III: 328-331.
- 25-06-1963. Análise da situação política nacional: a crise de autoridade. ACD 1963 XI: 670-684.
- 28-06-1963. Apartes a discurso do Deputado Bocayuva Cunha na Câmara dos Deputados (a crise brasileira). ACD 1963 XII: 408-409, 411-413.
- 23-01-1964. A marcha da "guerra revolucionária" no Brasil. ACD 1963/1964 I: 627-638.
- 26-02-1964. Manifestações populares em Minas Gerais e a "guerra revolucionária" no Brasil. ACD 1964 IV: 138-150.
- 27-02-1964. Apartes ao líder do Governo sobre a existência de uma "guerra revolucionária" no Brasil. ACD 1963/1964 IV: 268-272.
- 16-03-1964. Incompetência do Poder Executivo para a criação de uma superintendência da polícia marítima, aérea e de fronteiras. ACD 1964 I: 123-124.
- 21-03-1964. Conferência pronunciada em Recife em torno da "guerra revolucionária" na América Latina. Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 12 abr. 1964.
- 24-02-1965. Posse no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. ACD 1965 I: 65.

- 20-8-1965. Respondendo questão de ordem do Deputado Abel Rafael em torno do Seminário sobre a reforma do Poder Legislativo promovido pelo Centro de Extensão Cultural da Universidade de Brasília. DCN 20 ago. 1965, Seç. I, p. 6624.
- 18-02-1966. Encerramento da 2a. convocação extraordinária da 5a. Legislatura. DCN 19 fev. 1966, Seç. I, p. 573.

Pareceres

- 11-09-1962. Ao Projeto n. 4 636, de 1962, que dispõe sobre vacância ministerial. (Como relator da Comissão Especial). ACD 1962 XIX: 580-583.
- 14-09-1962. Sobre as emendas do Senado Federal ao Projeto n. 4 629/62 (Projeto Capanema). ACD 1962 XX: 337-339.

2 - SÔBRE BILAC PINTO

- ALVES, Hermano. A estratégia da tolice. Correio da Manhã (Rio de Janeiro) 9 abr. 1965, 1. cad., p. 5.
- BARBOSA, Luís. Bilac Pinto quer corrigir em um ano os erros que a Câmara acumulou em sete. Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 4 abr. 1965, 1. cad.
- CARPEAUX, Otto Maria. Álibi. Correio da Manhã (Rio de Janeiro) 12 maio 1965, 1. cad., p. 4.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Bilac contrário ao envio de tropas. Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 8 maio 1965, 1. cad. p. 4. (Coluna do Castello)

_____. Abril, mês da verdade para Costa e Silva. Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 12 mar. 1966, 1. cad., p. 4. (Coluna do Castello)

COUTINHO, Afrânio, ed. Brasil e brasileiros de hoje. Rio de Janeiro, Ed. Sul-americana, 1961. v. II, p. 278.

CUNHA, Bocayuva. Discurso na Câmara dos Deputados. ACD 1963 XII: 406-416.

CYSNEIROS, Amador. Parlamentares brasileiros. [Rio de Janeiro, Batista de Souza] 1953, p. 57, n. 233, ilust.

DANTAS, Pedro, pseud. Ver MORAIS, Prudente de, Neto.

HERCULINO, João. Discurso na Câmara dos Deputados. DCN 19 fev. 1966, Seç. I, p. 574.

MORAIS, Prudente de, Neto. Subversão oficial. O Estado de São Paulo (São Paulo) 28 jan. 1964.

PADILHA, Raymundo. Discurso na Câmara dos Deputados. DCN 19 fev. 1966, Seç. I, p. 573-574.

PILLA, Raul. Guerra revolucionária. O Globo (Rio de Janeiro) 1 fev. 1964.

QUEIROZ CAMPOS. Fichário parlamentar da quinta legislatura. Correio Braziliense (Brasília) 11 ago. 1964.

QUEM é quem no Brasil, biografias contemporâneas. 1.
ed. São Paulo, Soc. Bras. de Expansão Comercial,
1948, t. 1, p. 394.

Nota

Encontrando-se o Embaixador Bilac Pinto ausente do País, não nos foi possível entrevistá-lo para esta biografia. Por outro lado, não nos chegaram a tempo de ser aqui incluídas algumas informações e datas que havíamos solicitado a S. Exa. Contamos entretanto com a colaboração dos Srs. Vice-Presidente da República Pedro Aleixo e Deputado José Bonifácio na preparação da presente biografia.

Abreviaturas das publicações citadas:

ACD = Anais da Câmara dos Deputados
DCN = Diário do Congresso Nacional